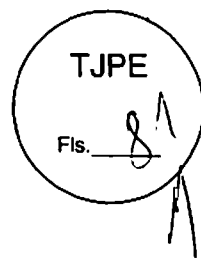




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 4135-22.2014.8.17.0000 (333456-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: BRADESCO SAÚDE S/A

AGRAVADA: JACQUELINE SIMONE DE AGUIAR VAN DER LINDEN

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE MULTA DIÁRIA. PROPORCIONALIDADE NO CASO CONCRETO. NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PARA 05 (CINCO) DIAS. INCIDÊNCIA DO ART. 461, §§4º E 6º, DO CPC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

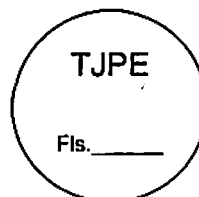
- Autora/Agravada que ingressou em juízo com o intuito de obrigar a operadora de saúde ora Recorrente, com quem mantém contrato de assistência médico-hospitalar, a fornecer medicamento que teria sido negado na esfera administrativa. Fato suficiente para manutenção do valor da multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais) fixada no 1º Grau, pois considerando o objeto da demanda, e a urgência que o caso requer, o quantum arbitrado é proporcional no caso concreto.

- Valor da multa diária que deve ser mantido, pois se esta tem por objetivo forçar o devedor recalcitrante a cumprir sua obrigação, não há como reduzi-la - e muito menos limitá-la ou excluí-la - sem cair em contradição, pois premiaria eventual contumácia do Agravante, cabendo-lhe, se for o caso, optar por cumprir a determinação judicial para afastar a sua incidência.

- Necessidade de ampliação do prazo para cumprimento da decisão, pois o MM. Juiz a quo determinou que esta ocorresse em 72 (setenta e duas) horas. Incidência do art. 461, §6º, do CPC, que permite ao magistrado modificar o valor e a periodicidade da multa diária prevista em seu §4º.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



- Ampliação do prazo para 05 (cinco) dias, lapso temporal suficiente para adoção das medidas determinadas através da decisão judicial.
- Agravo parcialmente provido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as nominadas acima, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Desembargador Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 78

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 4135-22.2014.8.17.0000 (333456-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: BRADESCO SAÚDE S/A
AGRAVADA: JACQUELINE SIMONE DE AGUIAR VAN DER LINDEN

R E L A T Ó R I O

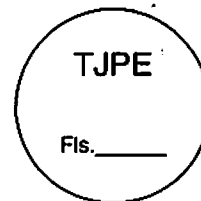
Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão interlocutória (fls. 20/21) proferida em "ação ordinária de obrigação de fazer c/c preceito cominatório, indenização por danos materiais e morais" (fls. 34v/41v) ajuizada pela Agravada.

Na decisão em comento, o i. togado monocrático determinou que o Recorrente fornecesse à Agravada "o remédio XELODA 500 mg, na dosagem prescrita pelo médico, sendo 98 (noventa e oito) comprimidos a cada 21 dias, a ser retirado progressivamente durante o tratamento na forma prescrita pelo médico assistente", no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), até o limite de 20 dias-multa.

Em suas razões recursais (fls. 02/10), o Agravante se opõe unicamente contra as alegadas (i) ausência de razoabilidade e proporcionalidade do valor das astreintes arbitradas no 1º Grau; e (ii) exiguidade do prazo determinado na decisão agravada para cumprimento da obrigação que lhe foi imposta.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Destarte, requer a concessão de efeito suspensivo para dilação do prazo para cumprimento da decisão, bem como a redução da multa diária para patamares razoáveis, com a confirmação quando do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento.

Custas devidamente recolhidas (fls. 59).

Através da decisão interlocutória de fls. 68/69v, concedi *parcialmente o efeito suspensivo*, unicamente para ampliar o prazo de cumprimento da medida para 05 (cinco) dias, contados da ciência da decisão agravada, mantendo-a em seus demais termos.

Intimada para apresentar contrarrazões, a Agravada deixou o prazo transcorrer *in albis* (cf. certidão de fls. 75).

É o relatório, no essencial.

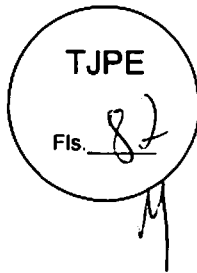
Inclua-se em pauta sem revisão.

Recife, 06/06/11

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 4135-22.2014.8.17.0000 (333456-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: BRADESCO SAÚDE S/A

AGRAVADA: JACQUELINE SIMONE DE AGUIAR VAN DER LINDEN

V O T O

Sabe-se que as astreintes devem ser fixadas tendo como escopo a sua função essencial, qual seja, a de forçar o cumprimento da obrigação de fazer.

Assim, não deve este instrumento processual servir de meio ao enriquecimento sem causa, porquanto não é esse o objetivo buscado pela norma estatuida no art. 461, §4º, do CPC¹, devendo ser imposta em valor razoável que possa atender ao critério da proporcionalidade, evitando-se quantia ínfima ou excessiva.

No caso dos autos, verifica-se que a Autora/Agravada ingressou em juízo com o intuito de obrigar a operadora de saúde ora Recorrente, com quem mantém contrato de assistência médico-hospitalar, a fornecer medicamento que teria sido negado na seara administrativa. Tal fato, por si só, é suficiente para manutenção do valor da multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais) fixada no 1º Grau, pois considerando o objeto da demanda, e a urgência que o caso requer, o *quantum* arbitrado é *proporcional* no caso concreto.

¹ Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. (...) §4º. O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

10



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

Por tais motivos, o valor da multa diária deve ser mantido, pois se esta tem por objetivo forçar o devedor recalcitrante a cumprir sua obrigação, não há como reduzi-la - e muito menos limitá-la ou excluí-la - nesta hipótese sem cair em contradição.

Isto porque a conclusão inafastável que se retira de todo o contexto fático é que a redução da multa, neste caso, premiaria eventual contumácia do Agravante, cabendo-lhe, se for o caso, optar por cumprir a determinação judicial para afastar a sua incidência - até porque afirma expressamente em sua peça recursal "*que sempre honrou e continuará honrando com seus compromissos de maneira inquestionável e pontual*" (fls. 06v).

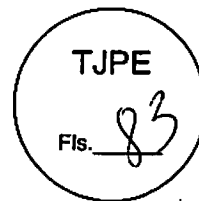
Melhor sorte assiste ao Agravante no que tange à necessidade de fixação de prazo razoável para cumprimento da decisão, pois o MM. Juiz a quo determinou que esta ocorresse em 72 (setenta e duas) horas.

Portanto, considerando que o comando do art. 461, §6º permite ao magistrado modificar o valor e a periodicidade da multa diária prevista em seu §4º, é possível, igualmente, fixar prazo razoável para cumprimento.

Assim, se a decisão ora recorrida estabeleceu um prazo de 72 (setenta e duas) horas para cumprimento da obrigação, por uma



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



questão de coerência com outros julgados de minha lavra², e considerando a similitude da situação fática, reputo necessário ampliá-lo para 05 (cinco) dias - lapso temporal razoável e suficiente para adoção das medidas determinadas através da decisão judicial.

Em assim sendo, **DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, unicamente para ampliar o prazo de cumprimento da medida para 05 (cinco) dias**, contados da ciência da decisão agravada, mantendo-a em seus demais termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

² A exemplo do acórdão proferido no Agravo de Instrumento 13293-38.2013.8.17.0000 (321908-7), DJe 03/02/2014.

C